



INSTITUTO SUPERIOR
DE CIÉNCIAS SOCIAIS
E POLÍTICAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA



Observatório da Deficiência
e Direitos Humanos
Disability and Human Rights Observatory



MeCDPD
Mecanismo Nacional
de Monitorização da Implementação da Convenção
sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

Atitudes e Perceções da População Adulta Portuguesa sobre Deficiência

Sumário Executivo

Equipa científica:

Paula Campos Pinto (Coordenadora)

Patrícia Necá

Teresa Janela Pinto

Apoio à investigação:

Ana Toscano

Índice

1.	Enquadramento	4
2.	Posicionamentos face às pessoas com deficiência	4
3.	Estereótipos, distanciamento social e percepção de discriminação	7
3.1.	Estereótipos associados às pessoas com deficiência.....	7
3.2.	Conforto percebido na interação social e participação política de pessoas com deficiência	8
3.3.	Discriminação (geral).....	10
3.4.	Discriminação (por área)	10
4.	Percepção sobre as políticas de apoio a pessoas com deficiência.....	12
4.1.	Concordância com medidas de apoio a pessoas com deficiência	12
4.2.	Adequação do investimento em políticas de apoio a pessoas com deficiência	13
5.	Portugal: Um país inclusivo?	14
6.	Conhecimento da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.....	14
7.	Caracterização sociodemográfica das pessoas inquiridas.....	14

Índice de figuras

Figura 2.1: Nível de concordância ou discordância com afirmações positivas sobre as pessoas com deficiência (Média).....	5
Figura 2.2: Nível de concordância ou discordância com afirmações negativas sobre as pessoas com deficiência (Média).....	6
Figura 3.1: Indique quais dos seguintes traços considera que a sociedade portuguesa associa ao grupo de pessoas com deficiência (Média)	7
Figura 3.2: Indique o nível de à-vontade que sentiria nas situações abaixo descritas. Ter uma pessoa com deficiência como.. (Média).....	9
Figura 3.3: Indique o nível de à-vontade que sentiria nas situações abaixo descritas. Ter uma pessoa com deficiência como.. (Média).....	9
Figura 3.4: De um modo geral, considera que as pessoas com deficiência enfrentam algum tipo de discriminação na sociedade portuguesa? (%).....	10
Figura 3.5: Indique, para cada uma das seguintes áreas, se considera que as pessoas com deficiência enfrentam situações de discriminação (média)	11
Figura 4.1 Até que ponto concorda ou discorda de cada uma das seguintes medidas de apoio a pessoas com deficiência? (média).....	12
Figura 4.2: Pensando nos impostos e contribuições que poderá ter de pagar, gostaria que o governo português gastasse menos, o mesmo ou mais em cada uma das seguintes opções? (média)	13

1. Enquadramento

Promovido pelo Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e realizado pelo Observatório da Deficiência e Direitos Humanos, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ODDH), este estudo procurou conhecer o que a sociedade portuguesa pensa sobre a deficiência. Para o efeito foi realizado um questionário por telefone a uma amostra representativa da população portuguesa com idades compreendidas entre os 18 e os 65 anos. O trabalho de campo, que decorreu entre 01 de outubro e 30 de outubro de 2025, foi da responsabilidade da E.M. Estudos de Mercado, tendo sido recolhidas 1000 respostas válidas, no continente e ilhas, com uma margem de erro de +/- 3,10% para um nível de confiança de 95%.

O questionário utilizado desdobra-se em cinco secções: (A) Caracterização sociodemográfica das pessoas inquiridas; (B) Contacto e conhecimento sobre a deficiência; (C) Posicionamento face às pessoas com deficiência; (D) Representações, estereótipos e discriminação; (E) Políticas de apoio a pessoas com deficiência. De seguida, apresenta-se um sumário executivo dos primeiros resultados apurados neste estudo.

2. Posicionamentos face às pessoas com deficiência

Para aferir o posicionamento da sociedade portuguesa face às pessoas com deficiência foi apresentado no questionário um conjunto de afirmações - algumas positivas e outras negativas - solicitando-se que cada inquirido/a indicasse o seu nível de concordância numa escala de 1= *Discordo Totalmente* e 6= *Concordo Totalmente*.

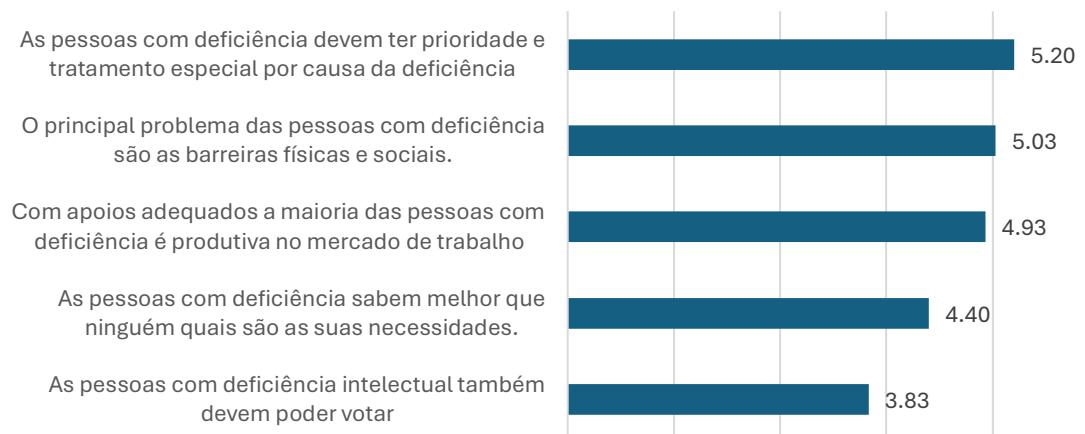
Os resultados mostram, que, em média, a sociedade portuguesa tende a ter um posicionamento globalmente mais favorável do que desfavorável face às pessoas com deficiência (ver Figuras 2.1 e 2.2).

Em média, as e os portugueses, concordam muito com três ideias: (1) que as *pessoas com deficiência devem ter prioridade* ($M=5,20$); (2) que *as barreiras físicas e sociais constituem o principal problema para quem vive com uma deficiência* ($M=5,03$), reconhecendo assim que, a par dos obstáculos no meio edificado, o preconceito e a discriminação afetam negativamente a

vida das pessoas com deficiência; e por fim, (3) que *as pessoas com deficiência se tiverem os apoios adequados conseguem ser produtivas* ($M=4,94$). Porém, em média, concordam um pouco que sejam as pessoas com deficiência a “*saber melhor do que ninguém quais são as suas necessidades*” ($M=4,40$) e com o *direito das pessoas com deficiência intelectual a poderem votar* ($M=3,80$).

Por outras palavras, por um lado a sociedade portuguesa parece estar globalmente alinhada com o modelo social da deficiência, que conceptualiza a mesma como um problema social e não individual, ao qual a sociedade deve responder eliminando as barreiras físicas e altitudinais. Por outro lado, parece um pouco mais céтика face ao reconhecimento de direitos consagrados na Convenção, já que a concordância diminuiu ligeiramente nas afirmações relacionadas com a autodeterminação das pessoas com deficiência, ou seja, serem as próprias a definir as suas escolhas e identificar as suas necessidades, e por último, com o direito ao voto para pessoas com deficiência intelectual, apesar de este constituir um direito universal.

Figura 2.1: Nível de concordância ou discordância com afirmações positivas sobre as pessoas com deficiência (Média)



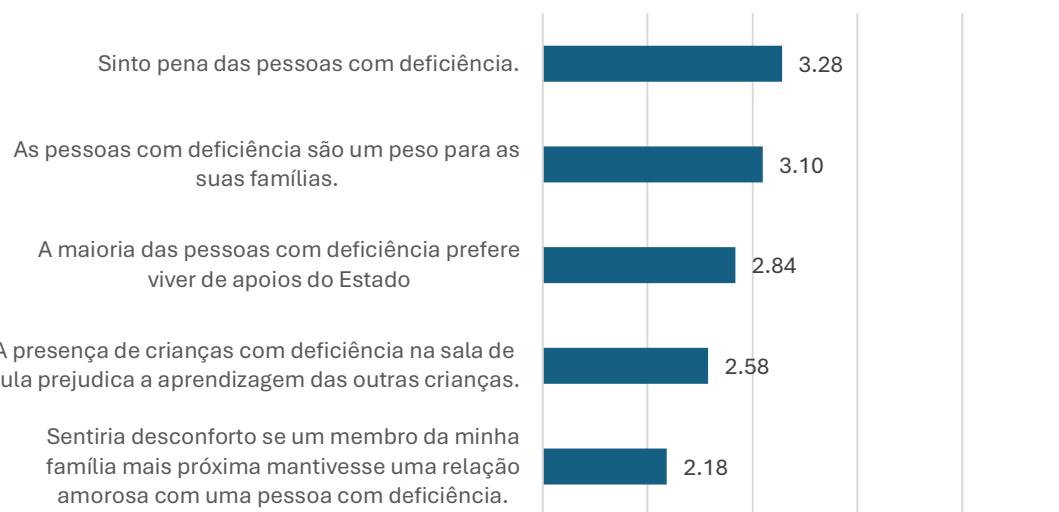
Escala: 1 -Discordo totalmente a 6- Concordo totalmente.

Uma análise em função do sexo destes mesmos indicadores revela que, para a maioria das afirmações acima referidas, as posições de homens e mulheres divergem de forma estatisticamente significativa, com **os homens a exprimirem maior concordância do que as mulheres em quase todos os itens**, exceto no que se refere a duas ideias: 1) as pessoas com deficiência sabem melhor aquilo de que necessitam; e 2) as pessoas com deficiência são produtivas no mercado de trabalho se dispuserem de apoios adequados; nestes dois casos, não se identificaram divergências de género nas respostas obtidas.

Algumas outras afirmações utilizadas no questionário refletiam visões negativas sobre as pessoas com deficiência. **Globalmente, e em média, estas afirmações receberam a discordância das/os respondentes, ainda que uma discordância moderada**, o que poderá refletir alguma ambiguidade nos posicionamentos da população portuguesa.

As afirmações relacionadas com a expressão de “sentimentos de pena” para com as pessoas com deficiência ($M=3.28$), e também com a ideia de “fardo” ou “peso” das pessoas com deficiência para as suas famílias ($M=3.1$) foram aquelas que registaram posições mais próximas do nível de concordância, o que sugere um posicionamento da sociedade portuguesa sobre a deficiência que ainda não se encontra muito distante de uma visão paternalista e de deficit. Já quanto às afirmações de que a *maioria das pessoas com deficiência prefere viver de apoios do Estado* ($M=2.84$), ou de que *presença de crianças com deficiência prejudica a aprendizagem de outras crianças* ($M=2.58$), as e os portugueses elevam, em média, o seu nível de discordância, manifestando assim um grau de rejeição mais forte destes posicionamentos. Por fim, a afirmação de que “*sentiria desconforto se um membro da minha família tivesse um relacionamento amoroso com uma pessoa com deficiência*” foi aquela que recolheu o nível de discordância mais elevado, o que deve ser lido como indicador de uma atitude de abertura e favorável face às pessoas com deficiência em relações de intimidade.

Figura 2.2: Nível de concordância ou discordância com afirmações negativas sobre as pessoas com deficiência (Média)



Escala: 1 -Discordo totalmente a 6- Concordo totalmente.

Também neste conjunto de respostas encontraram-se divergências significativas entre os posicionamentos de homens e mulheres: os homens exprimem posições mais favoráveis, exceto no que se refere a *sentimentos de desconforto com a relação amorosa de um familiar com uma pessoa com deficiência*, item onde não se registam diferenças significativas entre os posicionamentos dos dois sexos.

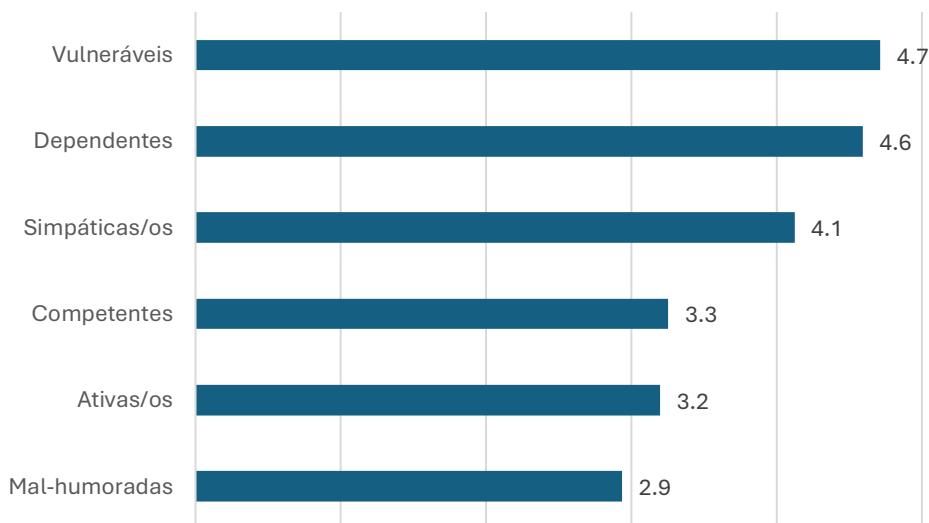
3. Estereótipos, distanciamento social e percepção de discriminação

3.1. Estereótipos associados às pessoas com deficiência

Procurou-se analisar quais os traços que os/as portugueses/as associavam ao grupo das pessoas com deficiência. Foram apresentados seis traços – **competentes, simpáticas/os, dependentes, vulneráveis, ativas/os e mal-humoradas** – utilizando para o efeito uma escala de 1 (Nada característico) a 6 (Muitíssimo característico).

De um modo geral, em média, os/as portugueses/as consideram que os traços **vulnerabilidade (M=4.7)** e **dependência (M=4.6)** são muito característicos das pessoas com deficiência. Por sua vez, a **amabilidade (simpáticas)** (M=4.1) destaca-se como sendo, em média, um traço bastante característico deste grupo.

Figura 3.1: Indique quais dos seguintes traços considera que a sociedade portuguesa associa ao grupo de pessoas com deficiência (Média)



Escala de resposta: 1 - Nada característico a 6-Muitíssimo característico

Por sua vez, as pessoas com deficiência são associadas apenas moderadamente às características **competentes** ($M=3.3$) e **ativas** ($M=3.2$). Este tipo de representação poderá ter implicações negativas, por exemplo, ao nível da empregabilidade, onde a elevada competência tende a ser valorizada como fundamental para aceder ao mercado de trabalho. Tal como outros estudos, e face a este padrão, as pessoas com deficiência são percebidas como **mais simpáticas do que competentes**, o que sugere a predominância do preconceito paternalista, frequentemente associado a grupos socialmente menos valorizados.

Por sua vez, o traço *mal-humorados* ($M=2.9$) é considerado igualmente moderadamente característico. Uma vez que a sociedade nem sempre acomoda aspetos fundamentais para a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade - como as acessibilidades físicas, obrigatorias por lei, mas nem sempre implementadas, ou outros aspetos -, estas vêem-se, por vezes, obrigadas a reivindicar os seus direitos. Assim, este traço pode estar associado a esta realidade, ou seja, são vistas como *mal-humoradas* devido às barreiras que enfrentam no quotidiano. Efetivamente, o grupo é visto pelos inquiridos/as como moderadamente mal-humorado.

Verificou-se também que, em média, os inquiridos do sexo masculino ($M=3.38$) consideram as pessoas com deficiência como ligeiramente mais competentes do que as mulheres inquiridas ($M=3.13$), sendo as diferenças estatisticamente significativas. Nas restantes características não foram encontradas diferenças entre o sexo masculino e feminino.

3.2. Conforto percebido na interação social e participação política de pessoas com deficiência

Solicitou-se aos/às inquiridos/as que indicassem o seu nível de desconforto ou conforto numa escala de 1 a 6, em relação a um conjunto de situações que envolviam a interação com pessoas com deficiência ou a ocupação de cargos de relevo a nível público e político por parte destas. Verificou-se que, em média, os portugueses estão apenas moderadamente confortáveis com a interação com pessoas com deficiência. **A ideia de terem uma pessoa com deficiência como primeiro-ministro ($M = 4,43$) foi a situação que recolheu, em média, menor concordância.**

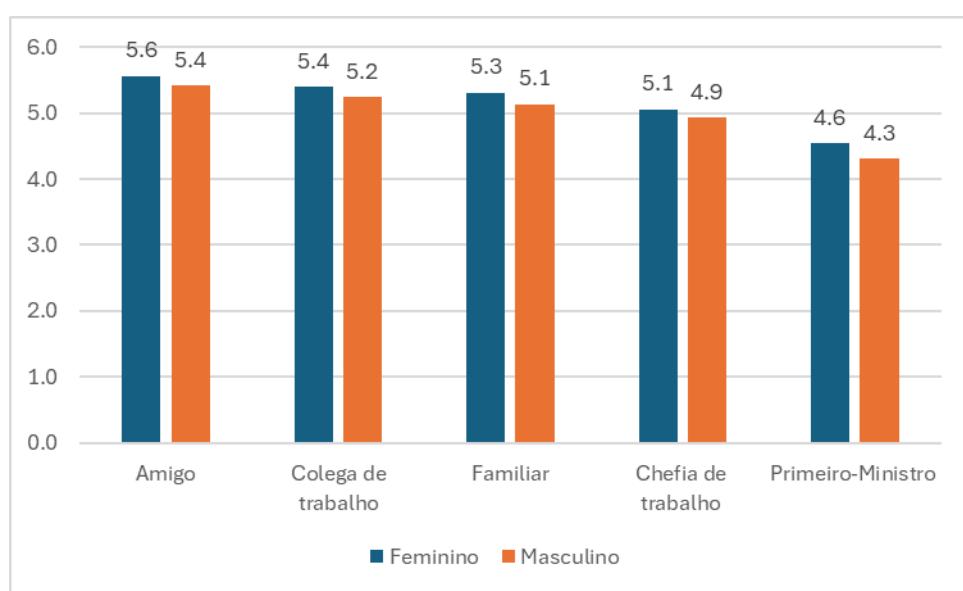
Figura 3.2: Indique o nível de à-vontade que sentiria nas situações abaixo descritas. Ter uma pessoa com deficiência como.. (Média)



Escala de 1 - Muito desconfortável a 6 - Muito confortável

Embora, em média, os/as portugueses/as se sintam moderadamente confortáveis nas interações com as pessoas com deficiência, de um modo geral, **as mulheres parecem sentir-se um pouco mais à-vontade do que os homens em quase todas as situações reportadas**, à exceção da relação com a chefia de trabalho, onde as diferenças observadas não são estatisticamente significativas.

Figura 3.3: Indique o nível de à-vontade que sentiria nas situações abaixo descritas. Ter uma pessoa com deficiência como.. (Média)



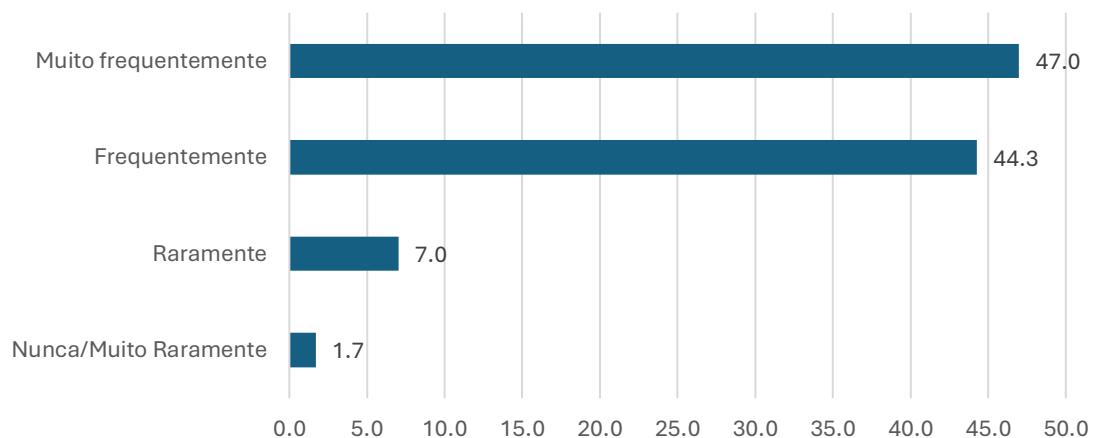
Escala de 1 - Muito desconfortável a 6 - Muito confortável

3.3. Discriminação (geral)

Foi questionado aos/às inquiridos/as com que frequência consideram que as pessoas com deficiência enfrentam algum tipo de discriminação na sociedade portuguesa. **Em média, observa-se que os portugueses consideram que as pessoas com deficiência enfrentam frequentemente ($M=4.36$) situações de discriminação.** As mulheres ($M=4.44$) percecionam, em média, ligeiramente maior frequência de discriminação do que os homens ($M=4.28$), sendo as diferenças significativas.

Em termos percentuais, 91% dos inquiridos considera que as pessoas com deficiência enfrentam muito frequentemente (47%) ou frequentemente (44,3%) situações de discriminação.

Figura 3.4: De um modo geral, considera que as pessoas com deficiência enfrentam algum tipo de discriminação na sociedade portuguesa? (%)



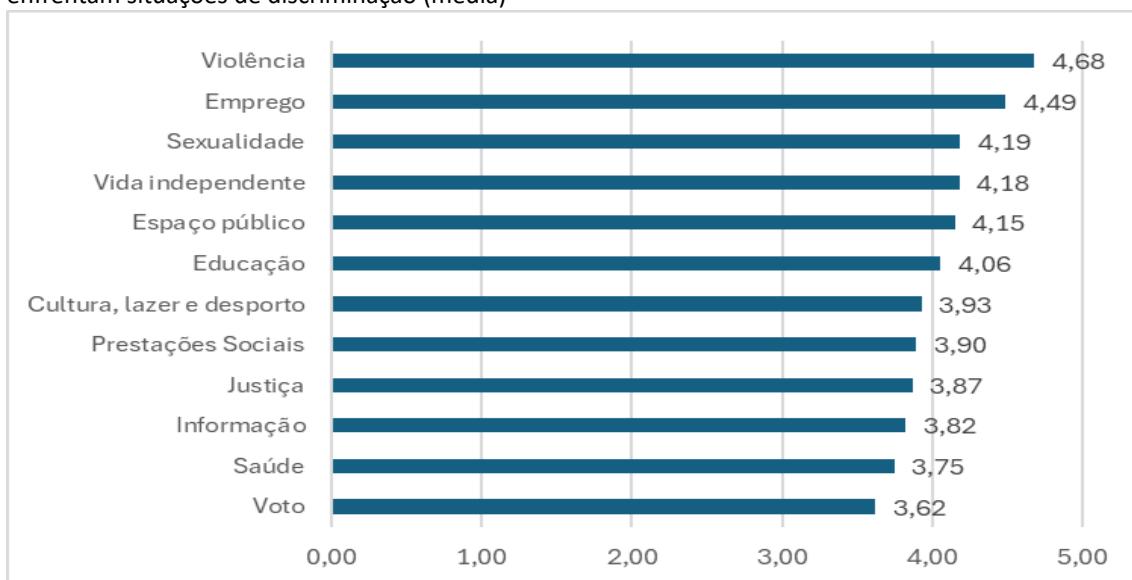
Escala: Nunca; Muito Raramente; Raramente; Frequentemente; Muito frequentemente

3.4. Discriminação (por área)

Quando questionados/as sobre as áreas ou domínios de vida onde as pessoas com deficiência enfrentam situações de discriminação, numa escala entre 1 ("*Nada frequente*") e 6 ("*Muito frequente*"), os/as inquiridos/as atribuem valores médios acima do ponto intermédio da escala em todos os itens, evidenciando uma **perceção generalizada de que, em Portugal, as pessoas com deficiência enfrentam discriminação em todas as áreas consideradas**.

As áreas percecionadas como mais problemáticas são a vulnerabilidade a situações de violência ($M=4,68$) e o acesso ao emprego ($M=4,49$). Seguem-se o direito à sexualidade e constituição de família ($M=4,19$) e o direito a uma vida independente/desinstitucionalização ($M=4,18$). Também o acesso ao espaço público ($M=4,15$) e o acesso à educação ($M=4,06$) recolhem médias elevadas, indicando que a população reconhece desigualdades significativas nestes campos. Já as áreas que apresentam médias mais baixas — ainda assim indicativas de discriminação relevante — incluem o acesso ao voto ($M=3,62$), o acesso à saúde ($M=3,75$), o acesso à informação ($M=3,82$) e o acesso à justiça ($M=3,87$).

Figura 3.5: Indique, para cada uma das seguintes áreas, se considera que as pessoas com deficiência enfrentam situações de discriminação (média)



Escala: 1 – Nada frequente a 6 – Muito frequente.

Procurou-se perceber em que medida estas respostas variavam em função do sexo. Dessa análise, constata-se que as **mulheres** percecionam, em média, níveis mais elevados de discriminação do que os homens em todos os itens analisados, evidenciando uma **percepção sistematicamente mais elevada das barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência**. As diferenças mais expressivas observam-se nos domínios associados à autonomia pessoal e sexual e à integridade física, em particular nos itens sobre a discriminação no exercício do **direito à sexualidade e a constituir família** e na **vulnerabilidade a situações de violência**. Diferenças significativas surgem igualmente noutras áreas de participação cívica e acesso a direitos, nomeadamente no **acesso ao voto**, no **acesso à informação**, no **acesso ao espaço público** e no **acesso à justiça**.

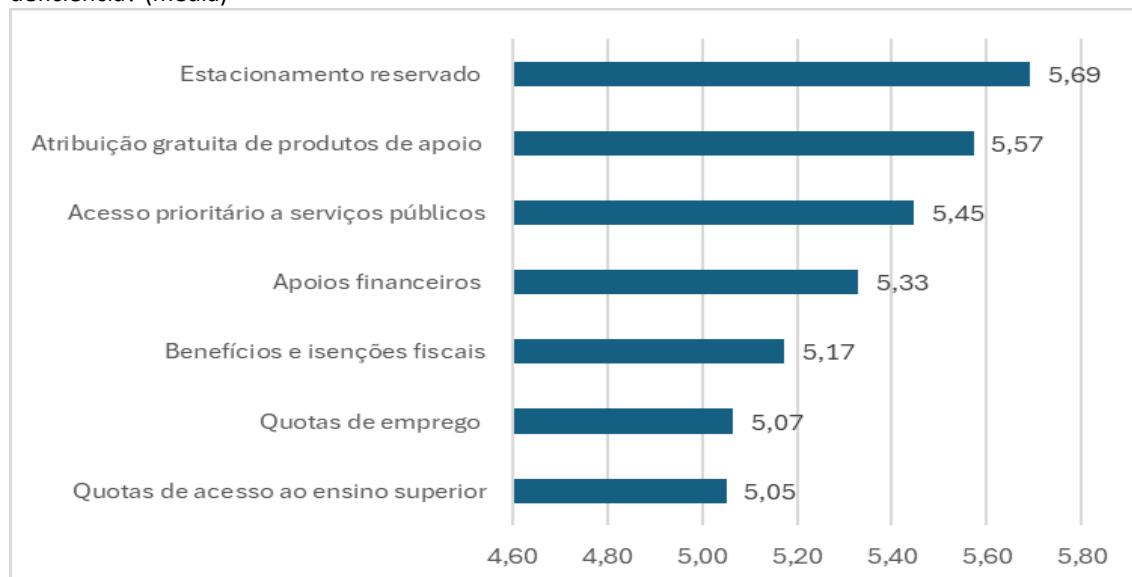
4. Perceção sobre as políticas de apoio a pessoas com deficiência

4.1. Concordância com medidas de apoio a pessoas com deficiência

Quando questionados/as sobre a sua **concordância com diferentes medidas de apoio dirigidas às pessoas com deficiência**, numa escala entre 1 (“*Discordo totalmente*”) e 6 (“*Concordo totalmente*”), os/as inquiridos/as expressam níveis muito elevados de concordância, com todas as médias acima do ponto intermédio da escala. Estes resultados evidenciam que **existe, em Portugal, um amplo apoio às medidas destinadas a promover os direitos e a participação das pessoas com deficiência**.

As medidas que recolhem maior concordância, em média, são o **estacionamento reservado para pessoas com deficiência** ($M=5,69$) e a **atribuição gratuita de produtos de apoio** tais como cadeiras de rodas, próteses ou aparelhos auditivos ($M=5,57$). Também se evidencia um padrão de elevada concordância com o **acesso prioritário a serviços públicos** ($M=5,45$) e **apoio financeiros a pessoas com deficiência** como, por exemplo, a atribuição da Prestação Social para a Inclusão ($M=5,33$). Já as medidas que recolhem menor concordância relativa — embora continuem a gerar avaliações positivas — são as **quotas de acesso ao ensino superior** ($M=5,05$) e **quotas de emprego para pessoas com deficiência** ($M=5,07$). No seu conjunto, estes resultados revelam um **apoio robusto às políticas de inclusão**, ainda que com nuances consoante o tipo de medida avaliada.

Figura 4.1 Até que ponto concorda ou discorda de cada uma das seguintes medidas de apoio a pessoas com deficiência? (média)



Escala: 1 -*Discordo totalmente* a 6- *Concordo totalmente*.

Uma análise das tendências de resposta em função do sexo revela que, em Portugal, as mulheres reportam níveis de concordância mais elevados do que os homens em todas as medidas analisadas, com exceção dos benefícios e isenções fiscais. As distinções mais claras surgem nas medidas de discriminação positiva, em particular nas quotas de acesso ao ensino superior e nas quotas de emprego para pessoas com deficiência, relativamente às quais as mulheres expressam opiniões mais favoráveis do que os homens.

4.2. Adequação do investimento em políticas de apoio a pessoas com deficiência

Quando questionados/as sobre se gostariam que o governo português alterasse o **nível de despesa pública com diferentes políticas**, numa escala em que 1 corresponde a “*gastasse muito menos*” e 6 a “*gastasse muito mais*”, os/as inquiridos/as demonstram uma **tendência clara de apoio ao reforço de investimento em medidas de apoio a pessoas com deficiência em todas as áreas consideradas**.

As medidas consideradas mais prioritárias, em termos de reforço de despesa pública, são a remoção de barreiras arquitetónicas e promoção da acessibilidade física nos espaços públicos ($M=5,58$) e cuidados de saúde e produtos de apoio ($M=5,55$). Seguem-se, com valores igualmente elevados, a necessidade de reforço do investimento em meios técnicos e humanos para apoiar a educação inclusiva ($M=5,50$), em lares residenciais e instituições de apoio ($M=5,50$) e em medidas de apoio à empregabilidade ($M=5,41$).

Figura 4.2: Pensando nos impostos e contribuições que poderá ter de pagar, gostaria que o governo português gastasse menos, o mesmo ou mais em cada uma das seguintes opções? (média)



Escala: 1 – Gastasse muito menos a 6 – Gastasse muito mais.

Também neste indicador se verificaram diferenças significativas em função do sexo dos/as inquiridos/as: **as mulheres reportam níveis mais elevados de concordância com a necessidade de reforço do investimento em medidas de apoio a pessoas com deficiência** em todas as medidas consideradas. As diferenças mais expressivas observam-se nos **apoios a organizações que defendem os direitos das pessoas com deficiência, nos meios técnicos e humanos para a educação inclusiva** e nos lares e instituições de apoio. Também se observam diferenças significativas — ainda que com magnitudes mais moderadas — na avaliação de necessidade de incremento do investimento na promoção da acessibilidade física e cognitiva, empregabilidade, vida independente e serviços de apoio na comunidade, apoios financeiros, cuidados de saúde e atribuição de produtos de apoio. Estes resultados são consonantes com dados reportados noutros estudos que mostram igualmente uma atitude e valores mais progressistas e de apoio a investimentos no Estado Social por parte das mulheres relativamente aos homens.

5. Portugal: Um país inclusivo?

Para 43,7% dos Portugueses/as, o país é *inclusivo para as pessoas com deficiência*. Não obstante esta taxa de concordância elevada, são menos aqueles/as que consideram que Portugal “permite bons níveis de qualidade de vida para todas as pessoas, tenham ou não uma deficiência” (a concordância baixa aqui para 38,8%). As mulheres discordam mais do que os homens da ideia de que Portugal é um país inclusivo e são menos concordantes também com a afirmação de que o país permite bons níveis de qualidade de vida para todas as pessoas.

6. Conhecimento da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

A maioria dos Portugueses e Portuguesas desconhece a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (57,9%) ou já ouviu falar, mas não sabe bem o que é ou não conhece em detalhe (36%); apenas 6% a conhecem bem. Não se registam diferenças significativas entre homens e mulheres no que diz respeito ao grau de conhecimento da Convenção.

7. Caracterização sociodemográfica das pessoas inquiridas

- **Em termos de distribuição por sexo**, 51,8% eram mulheres (n= 518), e 48,2% homens (n= 482).

- **Em relação à zona de residência** dos/as inquiridos/as, 34,8% eram residentes do Norte do país (n= 348), 16,0 % do Centro (n=160), 7,7% da Região Oeste e Vale do Tejo (n = 77), 20,1% de Lisboa (n= 201), 7,9% da Península de Setúbal (n= 79), 8,4% do Sul (Algarve e Alentejo) (n= 84) e 5,1% das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (n= 51).
- **Relativamente à idade**, 20% dos/as participantes tinham entre 18 e 34 anos (n= 200), 25,2% entre 35 e 49 anos (n=252), 27,5% entre 50 e 64 anos (n=275) e 27,3% 65 anos ou mais (n=273).
- **Relativamente à escolaridade**, 10,6% dos/as inquiridos/as não tinham concluído qualquer grau de escolaridade ou tinham completado apenas o 1º ou 2º Ciclo do Ensino Básico (n= 106); 12,0% terminaram o 3º Ciclo do Ensino Básico (n= 120); 29,7% concluíram o Ensino Secundário (n= 297); e 47,6% completaram o Ensino Superior (licenciatura, mestrado ou doutoramento) (n= 476).
- **Quanto à situação profissional** dos/as inquiridos/as, 64,5% faziam trabalho pago (por conta de outrem ou por conta própria) (n= 645), 3,1% estavam a estudar ou em formação (n= 31), 3,5% estavam desempregados/as à procura de trabalho (n= 35), 0,8% estavam desempregados/as, mas não à procura de trabalho (n= 8), 24,9% estavam reformados/as (n= 249), 1,4% estavam a fazer trabalho não pago (n= 14) (trabalho doméstico, trabalho de cuidar outro, etc.), e 1,7% estavam noutra situação (n= 17).
- **No que diz respeito ao nível de contacto com a deficiência**, 34,9% dos/as participantes não conheciam pessoas com deficiência (n= 348) e 65,1% conheciam pessoas com deficiência (familiares, amigos ou colegas) (n=602) ou identificavam-se como sendo uma pessoa com limitações na atividade (n= 50).